

PREFÁCIO

José Alberto Correia
(Professor Catedrático,
Director da FPCEUP)

De um modo geral, espera-se que o prefácio de uma obra faça a sua apresentação geral e chame a atenção para os seus aspetos mais relevantes. Redigir um prefácio exige, por isso, que o seu autor se situe tanto no interior da obra como no domínio científico em que ela se insere.

Não será, porém, esta a perspetiva em que me irei situar e isto por vários motivos. Referirei alguns deles no sentido de melhor clarificar a perspetiva em que me situo.

Em primeiro lugar, esta obra é suficientemente relevante e encontra-se muito bem contextualizada por um conjunto de textos elaborados por colegas e amigos. Em segundo lugar, não me integrando no campo científico da psicologia, não só não me parece pertinente como também nem me sinto competente para produzir considerações acerca de textos tão relevantes nesta área. Por último, não tendo habitado com regularidade o espaço científico de Joaquim Bairrão Ruivo, não serei seguramente a pessoa indicada para dar conta da forma como ele se situou na formação e na investigação em tal domínio.

Apesar de todas estas limitações, tive o privilégio de conviver longa e profundamente com ele, de debater algumas questões epistemológicas que se colocam às Ciências Sociais e Humanas, de beneficiar da sua reflexão sobre a formação dos profissionais da ajuda e de partilhar um conjunto de preocupações, cumplicidades e desafios institucionais. É deste ponto de vista que me sinto autorizado a tecer algumas considerações sobre a figura do autor refletida nesta obra.

Situando-me, decisivamente, neste espaço de interface, gostaria de realçar quatro dos muitos desafios que ele nos legou; estes desafios, sendo transversais, importa comemorá-los na nossa atividade cotidiana de cidadãos eticamente enformados e de docentes e investigadores que levam a sério o destino social dos saberes com que lidam e produzem, assumindo

as dimensões referidas não como subprodutos do seu trabalho cognitivo, mas como dimensões estruturantes.

O primeiro desafio a considerar e que sempre nos colocou o Bairrão Ruivo resulta da proposta que ele faz para, de uma forma sistemática, se rearticular a ciência psicológica com a reflexão filosófica. Sabendo nós que a psicologia se construiu como ciência numa relação de oposição com a filosofia, poder-se-ia pensar que esta sua proposta implicaria o regresso da psicologia a um estádio de pré-cientificidade. Nada de mais ilusório...O desafio que nos é apresentado é o de sermos capazes de debater até que ponto o desenvolvimento da psicologia - que se construiu com recurso a instrumentos técnicos cada vez mais sofisticados e com o intuito de garantir a objetividade das práticas científicas - desagregou de tal forma a representação que ela constrói do ser humano que este perdeu o sentido da sua subjetividade e, logo, o sentido da sua existência dramática.

Neste contexto, é admissível que a reabilitação da reflexão sobre os sentidos do drama humano não se esgote no campo do desenvolvimento científico da psicologia, dado que esta reflexão não resulta apenas de questões de natureza metodológica, mas se situa num campo ontológico que ganha pertinência se pensado na interface com o metodológico, ou seja, na interface entre a psicologia e a filosofia. O autor dos textos agora publicados não apregoa, por isso, a diluição da psicologia na filosofia, antes o desenvolvimento de práticas de interpelação mútua que permitam enriquecer ambos os domínios da reflexão.

No prefácio da obra “O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte”, Karl Marx, no seguimento de uma afirmação de Hegel, teria admitido que a história se repete duas vezes, a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Ora, a incitação de Bairrão Ruivo para que a psicologia se reencontre com a filosofia não obedece seguramente a esta premonição de Marx, pois que, para ele tal reencontro não constitui seguramente uma farsa, mas antes uma articulação edificante.

O segundo desafio a assinalar resulta do facto de o autor nos propor uma distinção entre trabalho do psicólogo e a psicologia (ou a ciência psicológica). Irei debater esta distinção, situando-a no plano do trabalho cognitivo. A afirmação de que a psicologia é simultaneamente uma pragmática, uma ciência e uma ética é particularmente relevante para se equacionar esta distinção. Com efeito, tal afirmação chama a atenção para o facto de de que o mundo da existência e da produção da psicologia não é apenas o mundo da ciência codificada e preocupada com a produção de uma factualidade que

põe fim ao debate estruturado pelas opiniões, admitindo que este debate seria cognitivamente enviesado. A psicologia é uma pragmática, uma linguagem contextualizada, um processo de comunicação que não envolve apenas a aplicação cognitiva ou instrumental dos produtos da atividade científica. Estes saberes inscrevem-se sempre em dinâmicas argumentativas, derivando a sua utilidade da sua capacidade de qualificar o debate argumentado. Sendo uma ciência e uma pragmática, a psicologia é também uma ética, uma ética do respeito, uma ética do cuidar.

Neste contexto, importa reequacionar as noções de intervenção psicológica, de avaliação psicológica e de diagnóstico. Na realidade, estas noções ganham pertinência se se situarem sempre numa temporalidade longa e heterogênea e em dinâmicas em que não compete ao profissional da psicologia traçar os caminhos que o outro desejavelmente deveria percorrer. O psicólogo deverá acompanhar o outro, cuidar dele, inserir-se em processos que, sendo em grande parte imprevisíveis, não são planejados e desenhados por injunções extrínsecas ao contexto, mesmo quando tais injunções se apoiam em enunciados científicos legitimadores do trabalho do psicólogo sem o determinarem. Afinal, o contexto do acompanhamento psicológico é cognitivamente mais complexo do que as representações que a ciência psicológica constrói desse contexto.

O terceiro desafio que Bairrão Ruivo nunca deixou de nos colocar é um desafio que envolve a noção da qualidade, nomeadamente a noção de qualidade dos serviços de infância. Em todos os seus escritos e nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do CPDEC, esta noção é anterior à sua apropriação e utilização incontrolada no jargão político atual; aqui ela emerge como um dispositivo simbólico de diluição da responsabilidade do político no fracasso de uma parte significativa das medidas que ele próprio implementou. No campo político, a ambiguidade da noção de qualidade e a expansão do paradigma da qualidade estão associados ao desenvolvimento de lógicas de suspeição que se sobrepõem às dinâmicas da confiança que sempre sustentaram o contrato social. Como assinalado por Pierre Bourdieu, estas dinâmicas da suspeição tendem a culpabilizar a vítima pelo processo de vitimização de que ela é vítima. Por outro lado, esta noção de qualidade valoriza sobretudo os produtos quantificáveis ou integráveis a indicadores cada vez mais sofisticados em que a ação profissional tende a ser desagregada e desapropriada das suas dimensões ecológicas e dos produtos imateriais e relacionais.

A noção de qualidade desenvolvida nos trabalhos de investigação de

Bairrão Ruivo e do CPDEC não se vincula a esta definição economicista da ação humana, apesar de poder persistir alguma ambiguidade. Importa, no entanto, considerar que esta ambiguidade é uma ambiguidade que não oculta, pelo contrário contribui para a produção de alternativas em que se atribui uma ênfase acrescida às interatividades, às dialéticas da institucionalização/desinstitucionalização, às dimensões ecológicas imateriais das suas produções, em suma, às dimensões humanas da vida e das condições de felicidade. Neste domínio, o CPDEC tem, portanto, uma responsabilidade científica, pragmática e ética de aprofundar e conceptualizar esta qualidade alternativa que subjaz aos trabalhos de investigação já desenvolvidos.

O quarto e último desafio a sinalizar é talvez aquele que é mais dificilmente dizível. Refiro-me ao estilo de liderança praticado pelo Bairrão Ruivo.

Tradicionalmente, a figura do líder está associada a alguém que se destaca pela sua abnegação e capacidade de desenhar caminhos a serem seguidos, reconhecendo-se que ele tem uma perspectiva fora do comum, apoiando-se, assim, fundamentalmente na sua “visão”. Sem querer ser provocador, diria que o Bairrão Ruivo exerceu uma liderança “olfativa”. Mais do que traçar caminhos, ele preocupava-se em construir núcleos de pertinência, associando-lhes perfumes e sensatez. Esta liderança “olfativa” não visava produzir seguidores, mas fundamentalmente produzir cumplicidades e envolvimentos, implementando dinâmicas cujo cheiro permite a construção de vários caminhos e principalmente a gestão contextualizada de caminhadas alternativas a percursos ou trajetórias minuciosamente traçadas. O seu exercício democrático da influência apoiou-se, deste modo, na sua capacidade de produzir e alimentar polémicas e trazer para o debate aromas que não preexistiam ao próprio debate. É neste sentido que poderemos admitir que a fruição da sua liderança foi claramente uma fruição contextualizadora e possibilitadora de compatibilizar os desenvolvimentos e interesses individuais com o desenvolvimento e interesse comum do grupo.

Bairrão Ruivo afirmou-se, deste modo, como o profissional das perguntas ingénuas e possuía uma ingenuidade lúcida; a recuperação desta ingenuidade das perguntas, mais do que das respostas, é imprescindível para poderemos lidar com os desafios que ele nos deixou.

Direi, para finalizar, que o Bairrão Ruivo protagonizou, muitas vezes, situações descritas por vários poetas a propósito do caminho que vai em sentido contrário ao previsível e programável e que o Zeca Afonso descreve a propósito da *formiga no carreiro que vai em sentido contrário*; no caso dele não o levou a *afogar-se no Tejo junto ao septuagenário*. Concluo, por isso,